A (RE) PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO: aportes para uma reflexão contemporânea da relação habitação, desigualdades e pobreza na cidade do Recife-PE

Jorge Vinícios Silva Gondim[1]
Rosa Maria Cortês de Lima[2]

RESUMO

Este ensaio objetiva apontar reflexões acerca do Recife, estabelecendo a relação entre as desigualdades, a pobreza e a questão da moradia. Nesse urbano, a pobreza e as desigualdades despontam como mecanismos de sustentação dos processos de reprodução social. Na cena contemporânea, as interfaces entre moradia e o direito de morar ganham novas feições relacionadas aos setores especulativos e financeiros atreladas a processos de fragmentação das respostas do Estado às demandas da população pobre. A metodologia está cimentada em levantamentos bibliográficos, coleta de informações e indicadores nos portais dos governos federal, estadual e municipal, e em notícias veiculadas em portais digitais. O texto aponta para a permanência da pobreza, agravada pelas severas desigualdades socioespaciais e territoriais com rebatimentos nas condições de vida e de moradia dos pobres, no atual contexto de recrudescimento de investimentos sociais, financeirização e especulação urbana vinculados à acumulação.

Palavras-chave: Recife. Desigualdades. Habitação. Pobreza. Produção do espaço.

ABSTRACT

The essay aims to point out reflections about Recife, establishing the relationship between inequalities, poverty and the housing issue. In this urban area, poverty and inequalities emerge as mechanisms for sustaining the processes of social reproduction. In the contemporary scene, the interfaces between housing and the right to live take on new features related to the speculative and financial sectors linked to processes of fragmentation of the State's responses to the demands of the poor population. The methodology is based on bibliographic surveys, collection of information and indicators on the portals of the federal, state and municipal governments, and news published on digital portals. The text points to the persistence of poverty, aggravated by severe socio-spatial and territorial inequalities with repercussions on the living and housing conditions of the poor, in the current context of resurgence of social investments, financialization and urban speculation linked to accumulation.

Keywords: Recife. Inequalities. Housing. Poverty. Space production.

[1]Discente da Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em Serviço Social (PPGSS/UFPE). E-mail: jviniciosfenty@gmail.com
[2]Docente da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). E-mail: cortez.rosa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Construir uma análise crítica sobre o Recife pressupõe inserir olhares para um conjunto contraditório de fenômenos históricos, políticos, culturais e sociais. Recortes temporais e ênfases teóricas adentram-se na miríade de possibilidades que emerge para o pesquisador, que toma para si a tarefa de desvelar as aparências dos temas postos.

É nessa dinâmica plural e rugosa que apontamos o objetivo deste estudo: discitir a relação entre pobreza, desigualdades e habitação na capital pernambucana, considerando elementos teóricos e empíricos, na perspectiva de compreender as questões que estruturam e delimitam as formas de produzir o espaço nesse território.

O Recife, com uma população de 1.661.017 milhões de habitantes (IBGE, 2021), distribuídos em um espaço densamente habitado, é marcado pelas disputas por terra de morar, e pela busca do direito à moradia. Seja no centro político-econômico, nas áreas da franja citadina, nos mangues, alagados, trechos alagáveis e morros, as bases de sustentação da história da cidade, muitas vezes apontada como a capital do Nordeste, atesta que a pobreza emerge de forma estruturante, do desigual processo de produção e reprodução socioespacial e territorial. Dessa forma, a análise conjuntural de tais categorias lança luz sobre uma série de outros aspectos, alguns dos quais abordados neste texto.

Em relação à metodologia, o estudo, de base documental e bibliográfica, apoiou-se em livros, artigos científicos, teses e dissertações, bem como em dados empíricos coletados em portais oficiais dos governos federal, estadual e municipal, além de informações obtidas através de matérias de jornais digitais.

Mantendo uma cronologia teórica e histórica, atenta à dimensão da totalidade, o ensaio está dividido em três momentos, além da introdução e das considerações finais. Inicialmente, traremos uma discussão sobre o Recife, a partir de dados empíricos e elementos históricos. Na sequência, abordaremos a relação entre pobreza e a configuração das bases do processo de produção espacial da cidade. No útimo item, analisaremos a relação entre a desigualdade, a pobreza e a questão

da moradia, levantando questões e propondo direções, ainda introdutórias, de análise.

2 RECIFE: ASPECTOS DA REPRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO

Fincado na planície costeira, banhado pelo mar e decalcado pelas longas trilhas fluviais das bacias do rio Beberibe, Capibaribe, Tejipió, e outros menores, o Recife pode ser compreendido como espaço estruturalmente plural. Tal compreensão está relacionada às suas características físico-geográficas, à história de formação sócio histórica, e à configuração socioespacial e territorial urbana, que ganha feições, já nos meandros do século XVI, com o processo de ocupação e usurpação engendrado no período da colonização portuguesa.

Nos versos de Carlos Pena Filho, nos poemas de João Cabral de Melo Neto, ou mesmo nas músicas do saudoso Chico Science, é fácil apreender como, na história, a cidade do Recife sempre foi concebida como síntese dialética, que, embebida em contradições, encontrou espaço nas artes, na música e no cinema, para se mostrar, não de face fulgente e findada, mas como variável desconcertante, como nos lembra o Cidadão do Mundo – o geógrafo Josué de Castro, que, ao publicar, em 1968, o Documento Nordeste, postulava que:

> Por seu arranjo arquitetônico, pela tonalidade própria de cada uma de suas ruas, o Recife é desconcertante como unidade urbana, impossível mesmo de caracterizar-se. Casas de todos os estilos. Contrastes violentos nas cores gritantes e das fachadas. Cidade feita de manchas locais diferentes, não há por onde se possa apanhar na fisionomia das casas o tom predominante da alma da cidade (CASTRO, 1968, p. 46).

Nessa direção, já traçamos algumas trilhas investigativas para a compreensão do nosso objeto de análise. Pois, sendo o Recife uma das maiores cidades do Nordeste, com uma base econômica mista e uma dinâmica sociopolítica multifacetada, é viável que retomemos alguns dados, antes de partirmos para relações mais complexas.

De acordo com a Base de Dados do Estado de Pernambuco (CONDEPE-FIDEM, 2017), o Recife está dividido em seis Regiões Político-Administrativas

(RPAs) e dezoito microrregiões, que englobam os seus 94 bairros, sendo a RPA 03, a detentora do maior índice populacional.

Por ter uma extensão territorial ampla, cada RPA particulariza-se por fenômenos sociais, políticos e econômicos. Há diferenças substanciais, por exemplo, na concentração de serviços públicos, serviços médicos, educacionais, áreas com incidência de pobreza e predomínio de padrões de ocupação.

Assim sendo, é possível apontar que a RPA 01, mesmo sendo a menor, em número total de população, concentra grande parte dos serviços da administração pública municipal e estadual. Desde o palácio do governo do estado à prefeitura da cidade, a região agrega ainda setores importantes de serviços e atendimento médico, a exemplo do complexo hospitalar do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP) e do Hospital D. Pedro II, ambos no bairro dos Coelhos.

Já a vizinha, a RPA 02, desponta como a área com a maior incidência de pobreza da cidade e da Região Metropolitana do Recife (RMR). Agregando bairros como Beberibe, Linha do Tiro, Peixinhos e Dois Unidos, a região é cortada pela bacia do rio Beberibe. Marcada pela precariedade de infraestrutura e pela pobreza latente, essa fração territorial sempre foi alvo de intervenções do Estado, seja no campo do saneamento básico, infraestrutura ou provisão habitacional, desde os anos de 1970 e 1980, como no caso dos programas PROMETRÓPOLE e do PAC Beberibe, nos períodos mais recentes (GONDIM, 2019).

A RPA 03, por sua vez, agrega bairros como Espinheiro, Casa Forte e Graças. Essa fração regional consolida-se como a mais extensa e com maior índice populacional, com 312.981 habitantes (RECIFE, 2017). Além disso, junto à RPA 01, a região destaca-se por agregar um dos mais inovadores polos médicos do Nordeste. Contudo, mesmo aglutinando bairros de classe média alta, essa RPA é reconhecida por comportar os bairros da Macaxeira, Guabiraba, Nova Descoberta e Pau-Ferro, este último um dos mais pobres da cidade, o que evidencia a relação desigual processada na dinâmica de ocupação do espaço urbano na cidade.

No caso das RPAs 04 e 05, destacamos a influência de ambas no quesito serviços. Na RPA 04, situam-se os bairros da Várzea, Iputinga, Cordeiro e Caxangá,

importantes polos educacionais da cidade, por incluírem vasto número de faculdades privadas, escolas, cursos técnicos/profissionalizantes, além de comportar uma das maiores universidades públicas do Norte e Nordeste, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Já a RPA 05, além de ofertar variados tipos de serviços, sobremaneira no bairro de Afogados, também detém um expressivo números de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) (REFICE, 2017), dentre elas a ZEIS Afogados e a ZEIS Mustardinha, que apresentam amplo adensamento populacional, e diversas precariedades estruturais nas ocupações.

Por fim, a RPA 06, ou a Região de Boa Viagem, como é conhecida, apresenta uma extensão territorial de 4.179,46ha e o menor quantitativo de bairros, oito no total (RECIFE, 2017). Por agregar locais como Boa Viagem e Pina, áreas de significativo valor econômico, visadas pelo setor financeiro e especulativo e pela classe média recifense, a região está em constantes transformações na sua estrutura urbana e arquitetônica, notadamente nas áreas situadas na Avenida Boa Viagem.

A forte presença das ZEIS, totalizando 15, é marca registrada da Região. Bairros como Ibura, Jordão e Brasília Teimosa corroboram para esse número, além de historicamente serem ocupados pela população de baixa renda, sendo este último aspecto símbolo emblemático nas lutas por moradia e lugar para morar ainda em meandros do século XX.

Destacamos, ainda, as nuances históricas que valsam com a contemporaneidade. A forma desigual que marca a evolução da cidade guarda particularidades que devem ser desnudadas com critério e rigor. O percurso apresentado também esconde elementos importantes da história, da economia e da política local, os quais tentaremos desvelar nos itens seguintes, por meio de outras articulações propostas, dentre elas a dinâmica relação entre pobreza, desigualdades e habitação no Recife.

3 PELAS TORTUOSAS TRILHAS DESIGUAIS... CHEGA-SE AO RECIFE

Refletir o desenvolvendo urbano das cidades brasileiras pressupõe alinharmos teorias, informações históricas e percepções cotidianas, uma vez que,

por meio da articulação desses fatores, torna-se possível estabelecer mediações temporais, buscando a essência dos fenômenos postulados nas nossas análises.

No caso do Recife, podemos fazer uma analogia com um grande e profundo poço. No seu fundo, encharcado e invisível aos olhos da maioria, observa-se a mista composição espacial e territorial, no seu meio, a influência de diversos setores políticos e econômicos, ditando a direção de ações e investimentos do Estado e da iniciativa privada – mercado construtivo, imobiliário e proprietários de terras –, e por fim, as suas paredes, que, estruturando esse grande constructo, camufla as diversas faces da desigualdade na cidade.

Ao longo dos anos, o Recife vem apresentando evolução em alguns indicadores sociais, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [3], que, no ano de 2010, era de 0, 772. Tal indicador apresenta evolução de 16,9%, ao considerarmos que, no ano de 2000, era de 0, 660 (BDE, 2017).

Contudo, mesmo com essa evolução em seu IDH, Bitoun *et al.* (2012) pontuam que a cidade revela um crescimento permeado por desigualdade socioespaciais e territoriais. Tal afirmação pode ser comprovada ao se destacar o IDH de alguns bairros do Recife, a exemplo do Espinheiro, que apresenta índice de 0, 955, e o bairro dos Aflitos, com 0, 952 (ATLAS BRASIL, 2010). Entretanto, ao se comparar com outras áreas e bairros da cidade, constata-se como as disparidades socioespaciais delimitam e concorrem para afiançar a tese do crescimento desigual da cidade. A ZEIS Santo Amaro, por exemplo, apresenta um IDH médio de 0, 608, o que pode ser comparado ao IDH de países como Índia (0, 609) e Namíbia (0, 628) (PNUD, 2014).

Além disso, ao se examinar o avanço no contingente das chamadas áreas pobres, que, em 2010, segundo o IBGE, chegavam a 110 (IBGE, 2010[4]), as desigualdades e o processo de reprodução social do espaço urbano do Recife ficam patentes nas últimas décadas, e ocorreram de forma extremamente segregadora. Essa questão é registrada no constante crescimento das áreas de pobreza na

[3]Tal indicador é construído considerando questões básicas como: acesso a serviços públicos, educação, assistência, lazer, trabalho etc., por isso observamos variações temporais e locais nos dados.

[4] Lembramos que as metodologias para a delimitação das áreas pobres, ou aglomerados subnormais – como adota o IBGE –, são variadas e oscilam para mais ou menos.

metrópole e pelo avanço do capital imobiliário em áreas específicas, expondo condições de habitabilidade díspares.

Nesse sentido, a desigualdade social associa-se à pobreza e emerge como uma das questões fundamentais, seja em escala nacional, seja nas escalas regional e local. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2020), construída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado de Pernambuco apresentou uma taxa de extrema pobreza de 13%, correspondendo a mais de 1,2 milhões de pessoas nessa situação. Já o Recife, conforme a SIS (IBGE, 2020), desponta com um contingente de 115 mil pessoas em situação de extrema pobreza, o que indica 7% da população total da capital pernambucana.

Ainda no âmbito da interlocução pobreza e desigualdades, quando se recorta o índice de Gini do Recife, verifica-se que atualmente a cidade apresenta-se como a capital mais desigual do Brasil, superando metrópoles como São Paulo (0, 6453), Fortaleza (0, 6267) e Rio de Janeiro (0, 6391). Essa informação foi detalhada nos dados disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), ao mostrar que, em 20 anos (1990 – 2010), a concentração de riquezas tem aumentado na capital pernambucana, passando na última década de 0, 6789 (2000) para 0, 6894 (2010).

Como apresentado no item anterior, fatores como concentração de renda e pobreza, indicadores de desenvolvimento humano e educacional, além de questões relacionadas ao acesso à infraestrutura social e urbana e ao saneamento básico, indicam que as formas de reprodução espacial na cidade são perpassadas pelo crivo segregador dos setores especulativo e financeiro.

Como lembra Lefebvre (2002, p. 143), esses setores encontram nas cidades capitalistas “[...] novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial”.

Dialogando com a tese de Lefebvre, e refletindo a dimensão da conquista do espaço e a relação com a sua compra e venda, Carlos (2015, p. 28) assevera que:

> O processo de produção/reprodução do espaço sob a orientação capitalista repõe suas próprias condições de realização, renovando seus pressupostos, sem, todavia, desencadear novas contradições em sua

> realização. As transformações da metrópole, enquanto condição da realização do ciclo do capital, geram as lutas em torno do espaço que vão sinalizando esse movimento das contradições.

Nessa perspectiva, pode-se apontar que a reprodução das desigualdades – e por consequência da pobreza – no Recife apresenta-se em relação de franca proximidade, no presente, com os avanços da financeirização e da especulação imobiliária na cidade, trazendo severos impactos para as formas de vida dos mais pobres.

4 EM DIREÇÃO AOS MÚLTIPLOS CAMINHOS: HABITAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADES NO RECIFE

Morar é uma necessidade humana básica!

Tal afirmação parece óbvia aos olhos mais atentos. Entretanto, no Brasil, essa assertiva muitas vezes deixa de ser considerada, sobremaneira na dinâmica atual de construção de políticas e programas habitacionais que atinjam o núcleo central das questões urbanas no país – a questão da habitação.

Assim sendo, é importante destacar que, enquanto mediador direto entre as classes e principal provedor das políticas públicas de recorte social, o Estado estabelece estratégias diversas de enfrentamento da questão urbana atual (SOUZA, 2009; SOUZA; LIMA; ANJOS; SILVA, 2015). Uma delas é a provisão de moradias para as classes pobres, por meio de programas e projetos no campo da infraestrutura e urbanização de favelas, além da habitação de interesse social – elemento central nas políticas habitacionais.

Nessa direção, o direito à moradia no Brasil está inscrito em diversos documentos oficias, dentre eles a Carta Magna de 1988, na Lei n° 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e na Política Nacional de Habitação (PNH, 2004).

Em seu artigo 6º, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) aponta a moradia como um direito social. Já no artigo 23º, inciso IX, o documento assinala que é competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e melhorias das condições de habitação e de saneamento básico.

Todavia, é importante lembrar que as heterogeneidades presentes nas ações do Estado em áreas pobres das metrópoles brasileiras revelam a disputas de forças sociais que se consolidam no meio urbano, visto que a política urbana brasileira insere-se na luta de classes e está relacionada ao processo de produção e acumulação capitalista (GONDIM, 2019). Sendo assim, Ribeiro e Simionatto (2015, p. 60) apontam que a conquista dos direitos que busquem ampliar o acesso à cidade, por meio das diversas "[...] políticas setoriais de habitação, mobilidade, saneamento, uso do solo e dos espaços públicos, exige disputas e embates econômicos e políticos entre as classes sociais e suas frações".

No caso do Recife, as disputas e embates pelo acesso à terra são uma constante. A partir das análises que fizemos em trabalho anterior, constatamos que a apropriação do solo "[…] ganha celeridade com o crescimento e expansão da cidade, a partir de meados do século XIX e aprofundando-se ao longo do século seguinte, quando se tornarão patentes nos conflitos urbanos por terra de habitação" (LIMA, 2012, p. 57).

No interior desses conflitos, torna-se possível demarcar a relação desigual estabelecida na expansão do núcleo urbano do Recife. Esses conflitos se processam, sobretudo, em terras de valor econômico elevado ou mesmo que vão se valorizando com a expansão urbana. Tais conflitos ganharam intensidade em porções da planície enxuta, ampliando-se para as áreas sucessivamente aterradas – ora pelo poder público, ora por setores privados, ora por segmentos populares –, e expandindo-se para faixa de terras litorânea.

A população pobre, nessa formação urbana, concentrou-se em porções de manguezais, partes alagadas ou alagáveis da planície, ocupou áreas de morro e de encostas, em condições de precariedade, assim, distanciando-se dos requisitos necessários para assegurar rentabilidade ao capital.

Sobre os terrenos com reduzido valor, Baltar (1999, p. 36) assim se refere:

> A ocupação dos terrenos desvalorizados pelas habitações mais pobres oferecia a característica de se dar no centro mesmo da cidade, onde os alagados e baixios sujeitos à inundação das marés mais altas – sendo terrenos desprezíveis – ficavam ao alcance da apropriação pelos habitantes economicamente mais fracos.

Ampliando o debate sobre o acesso à terra e situando-o no contexto das grandes metrópoles, partilhamos da reflexão de Souza (2007, p. 119), quando assinala a “extrema desigualdade de acesso ao solo”, bem como destaca que os investimentos públicos priorizam as porções de terra de valor imobiliário elevado e, nessa ótica, afirma:

> A apropriação dos terrenos de construção mais fácil pelos setores da população de maior poder aquisitivo resulta numa extrema desigualdade de acesso ao solo, agravada pela alta seletividade no ritmo e na dotação dos investimentos públicos, que privilegia a dotação desses investimentos públicos em áreas de maior valor imobiliário. Por outro lado, o atraso da intervenção pública gera déficit de infraestrutura e torna mais precárias as condições gerais de habitabilidade, em especial nas áreas onde mora a população mais pobre (SOUZA, 2007, p. 119).

Nessa perspectiva, o exame das condições de moradia no Recife tornou-se pertinente, na medida em que, historicamente e ao longo da expansão urbana devido a determinantes socioeconômicos, foram relegadas, aos pobres, as áreas afastadas dos centros urbanos, como as áreas de morros, alagados e trechos enxutos, mas sem condições básicas de infraestrutura (LIMA, 2012; BITOUN; SOUZA 2015; SOUZA; LIMA; ANJOS; SILVA, 2015).

Nada diferente do que aconteceu e ainda acontece em diversas áreas de assentamentos populares na capital pernambucana. Destaque-se, nesse sentido, a Ilha do Chié, na Zona Norte do Recife, que teve como característica marcante a permanente reconstrução de suas moradias após destruição dessas habitações sob ordem do poder público local (LIMA, 2016), além dos bairros de Casa Amarela e Brasília Teimosa – este último símbolo emblemático do processo de apropriação do solo urbano pela população empobrecida já em meados do século XX –, e as áreas que circundam bairros como Pina e Boa Viagem.

É nessa relação que devemos aludir o fato de que os capitais que lucram com a produção e exploração do espaço urbano agem, fortemente, em função do seu valor de troca, ou seja, a cidade não é mais concebida como estrutura ou valor de uso, mas como uma mercadoria, a cargo da acumulação do capital (MARICATO, 2015).

Nos países latinos, e no Brasil, especialmente, as intervenções do capital imobiliário, adensado desde o final dos anos 1990, impactam e concorrem para a elevação do custo da terra urbana e da habitação, ao mesmo tempo em que passam a pressionar as formas de habitar das classes mais pobres.

Em relação ao Recife, Bitoun, Miranda e Souza (2018) apontam para a influência que os segmentos do capital imobiliário[5] vem exercendo, ao longo dos anos, nas formas de mercantilização e expropriação dos mais pobres das áreas de interesse imobiliário. Para os autores, que apontam o Recife como metrópole regional, periférica e desigual, as formas como esses segmentos se articulam têm papel fundamental na apropriação do solo e na formação de um sistema de provisão de moradias, definindo a condução do desenvolvimento do território metropolitano.

Por esse prisma analítico, elucidamos que a estratégia dos setores imobiliários é a maximização do lucro e a transformação e valorização do uso do solo urbano, de acordo com os interesses do capital financeiro (SOUZA; LIMA; ANJOS; SILVA, 2015). Assim, a difusão de novos padrões habitacionais, destinados aos grupos de alta e média renda, pela construção de grandes condomínios verticais e horizontais, dificulta, como lembram Bitoun, Mranda e Souza (2018), a permeabilidade, exacerbando a segmentação do território.

Os reflexos desse conjunto de fatores rebatem fortemente nos espaços de pobreza da cidade. Para além da fragmentação das formas de planejamento democrático, esses fatores estão alinhados com o desequilíbrio entre apropriação do espaço pelas camadas mais pobres e fragilizam as ações e a estrutura político-institucional do Estado, que vêm se orientando na garantida dos interesses dos setores privados (LEAL, 2015).

As mudanças na difusão de novos padrões habitacionais adensam as desigualdades socioespaciais, orientam as intervenções do Estado e reafirmam a lógica do capital, na produção e reprodução das cidades; evidenciam, dentre outras coisas, os tensionamentos presentes no tecido urbano. Sobre esta problemática Bitoun e Souza (2015, p. 31) destacam que:

[5]As mudanças na dinâmica imobiliária, articulada com o caráter empresarial de grandes grupos, que tinham como norte a apropriação de terras na metrópole, consolida-se na entrada dos anos 2000, como resposta às demandas do mercado imobiliário (BITOUN; MIRANDA; SOUZA, 2018).

> Ao definir as áreas de interesse e, portanto, as áreas de valorização imobiliária, o setor imobiliário submete à égide empresarial as demais formas de produção habitacional: a produção informal, que se expande às bordas do mercado imobiliário formal; e a promoção pública da moradia, que evidencia sua submissão à lógica empresarial em vários aspectos: a viabilização de terrenos para implantação de programas habitacionais para o mercado popular encontra-se submetida às regras do mercado privado, passíveis, mas nem sempre reguladas, pelo poder público.

Diante disso, podemos extrair que as necessidades habitacionais da população pobre são objeto de intervenções parciais, deixando incompletas as respostas às demandas diretas dos sujeitos. Além disso, essas respostas parciais reutilizam formas de opressão simbólica, pela negação da necessidade básica de morar, e certamente do direito à moradia. Um dos claros exemplos dessa relação é percebido na leitura mais crítica e atenta do novo programa habitacional do governo federal, o Programa Casa Verde e Amarela (BRASIL, 2021), que, ao excluir a dimensão da Faixa 01, priorizando o atendimento de faixas mais elevadas, passa a ser definido como uma espécie de linha de crédito imobiliário para setores médios brasileiros.

No caso do Recife, como exemplo de respostas insuficientes, citamos ações como o benefício do auxílio moradia e as obras realizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre os anos de 2010 e 2020, em diversos locais da cidade, apresentando como marca o descaso com a conclusão das obras (GONDIM, 2019) e a reprodução constante de uma massa de cidadãos pobres que continuam exigindo o seu direito básico, o de morar.

5 CONCLUSÃO

Aclaramos que construir análises sobre o Recife demanda, além de senso crítico, a leitura da totalidade dos fenômenos socioespaciais e territoriais, que permeiam as aparências no real. Assim, nosso objetivo foi discutir acerca de três elementos chaves na compreensão da realidade local: as desigualdades, a pobreza e a habitação.

Dessa forma, o texto apontou para a permanência da situação de pobreza na cidade, agravada pelas severas desigualdades socioespaciais e territoriais, marca histórica do Recife, que rebatem diretamente nas condições de vida e moradia da população pobre, em particular, no atual contexto de recrudescimento de investimentos no campo social, e crescimento da influência dos setores financeiro e especulativo na direção das ações públicas na cidade.

São muitos os pontos que podem se entrelaçar na miríade de fenômenos que decalcam o espaço urbano no Recife. Convergências e divergências podem – e devem – surgir no processo constitutivo do saber. As questões aqui expostas, longe de serem respostas finais ou acabadas, figuram como um caminho para a construção de outras pontes e aproximações com o real. Ademais, consideramos que a luta pelo direito à moradia precisará voltar às ruas se prospectamos um novo horizonte político e social para a nação.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/. Acesso em: 7 dez. 2020.

BALTAR, A. B. **Diretrizes para um plano regional para o Recife.** Recife: EDUFPE, 1999.

BITOUN, J; MIRANDA, L; SOUZA, M. Â. de A. Recife: Metrópole Regional, Periférica, Incompleta e Desigual. *In:* RIBEIRO, L. C; RIBEIRO, M. G. (orgs.). **Metrópoles Brasileiras:** síntese da transformação na ordem urbana (1980 a 2010). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

BITOUN, J; SOUZA, M. Â. de A. (orgs.). **Recife:** transformações da ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/serie_ordemurbana_recife.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

BITOUN, J. *et al.* **Região Metropolitana do Recife no Contexto de Pernambuco no Censo 2010.** Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/Texto_BOLETIM_RECIFE_FINAL.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14118, de 13 de janeiro de 2021.** Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis n os 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro

de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017. Disponível em: http://domino. cmc.pr.gov.br/contlei.nsf/98454e416897038b052568fc004fc180/e5df879ac6353e7f032572800061df72. Acesso em: 28 mar. 2021.

CARLOS, A. F. A. A reprodução do Espaço Urbano como momento da Acumulação Capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana.** São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-36.

CASTRO, J. de. **Documentário Nordeste.** São Paulo: Brasiliense, 1968.

CONDEPE-FIDEM. Base de Dados do Estado (BDE). **Perfil Municipal Recife.** 2017. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/Recife.pdf.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais** (SIS). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadoressociais.html?=&t=downloads. Acesso em: 12 dez. 2020.

IBGE. **Estimativa da População residente no Brasil e Unidades da Federação**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

GONDIM, J. V. S. **Estado e Políticas Públicas no Recife:** a bacia do rio Beberibe e as intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). 2019. 222 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPE, Recife.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEAL, S. M. R. As veias abertas do planejamento urbano e a avalanche da governança do mercado. *In:* FERNANDES, A. C; LACERDA, N; PONTUAL, V. (orgs.). **Desenvolvimento, planejamento e governança:** expressões do debate contemporâneo. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2015.

LIMA, R. M. C. de. **A Cidade Autoconstruída.** Recife: EDUFPE, 2012.

LIMA, R. M. C. de. **O morar e a moradia.** Recife: EDUFPE, 2016.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PNUD. **Ranking IDH Global 2014**. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html. Acesso em: 8 dez. 2020.

RECIFE. Conselho das Cidades. **Plano Local de Habitação de Interesse Social** – 2017. Disponível em: http://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/biblioteca/PLHIS%20-%20Produto%2003%20-%20AP%20CONCIDADE%2019-12-2017.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

RIBEIRO, I; SIMIONATTO, I. Estado, mercado e hegemonia burguesa na política urbana brasileira. **Rev. Argumentum**, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 59-73, jul./dez. 2015.

SOUZA, M. Â. de A. Pensando a política nacional de habitação para adversidade das famílias e dos municípios brasileiros. *In:* BITOUN, J.; MIRANDA, L. (orgs.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil:** Contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE, Observatório das Metrópoles, 2009. p. 117-150. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/cieg/artigos/livrodesenvolecidadesnobrasil.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

SOUZA, M. Â. de A.. Política Habitacional para os Excluídos: o caso da região metropolitana do Recife. *In:* CARDOSO, A. (coord.). **Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras:** uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007. p. 115-149.

SOUZA, M. Â. de A.; LIMA, R. M. C. de; ANJOS, K. L. dos; SILVA, A. B. da. As formas de provisão da moradia na configuração socioespacial da Região Metropolitana do Recife. *In:* BITOUN, J; SOUZA, M. Â. de A. (orgs.). **Recife:** transformações da ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 241-285. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/serie_ordemurbana_recife.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.